



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Bozano

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2013

"CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOZANO E A EMPRESA ATUATI, ATUATI & CIA LTDA - ME"

.....

O **MUNICÍPIO DE BOZANO/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.216.419/0001-36, com sede administrativa na Av. Silvio Frederico Ceccato, nº 124, representado por seu Prefeito, Senhor GEDERSON MORI, brasileiro, casado, agente político, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **ATUATI, ATUATI & CIA LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.435.215/0001-06, estabelecida na Rua José Schmidt, 1585, Centro, São Martinho/RS, neste ato, representada pelo Sócio-Administrador Sr. FRANCIS RICARDO ATUATI, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº. 006.063.890-75, residente e domiciliado na Rua Luis José Konzen, 38, Bairro Novo, na cidade de São Martinho/RS, doravante designada **CONTRATADO**, firmam o presente Contrato Administrativo para fornecimento de equipamentos agrícolas que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

É objeto deste Contrato, o fornecimento dos equipamentos agrícolas indicados abaixo, que conterão as características mínimas previstas no anexo I deste Contrato, dele sendo parte integrante:

ITEM	QTDE	EQUIPAMENTO
01	01	PLAINA AGRÍCOLA (FRONTAL)
04	01	ANCINHO (ESPALHADOR/ENLEIRADOR)

CLÁUSULA SEGUNDA – ENTREGA

2.1 A entrega dos equipamentos objeto deste Contrato ocorrerá junto ao Centro Administrativo do Município de Bozano, em até 30(trinta) dias corridos, contados da emissão da ordem de fornecimento pelo **CONTRATANTE**.

2.2 Verificada a inconformidade de algum componente, a contratada deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Bozano

2.3 O transporte e as condições de acondicionamento dos equipamentos agrícolas até a entrega no local indicado são responsabilidade da CONTRATADA.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DO CONTATO

3.1 A eficácia deste Contrato de Fornecimento é condicionada à verificação favorável, pela GIDUR-PF, da documentação relativa ao Processo Licitatório que o ampara, assim à liberação, em conta vinculada do CONTRATANTE, dos recursos financeiros objeto do Contrato de Repasse nº 1000.435-87/2012 e Ofício 2029/2013/GIDUR Passo Fundo, celebrado entre este e a União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, sob o amparo da Portaria Interministerial CGE/MF/MP nº 507/2011.

3.2 Até a resolução das condições suspensivas da eficácia, a que alude a presente cláusula, não surtirá este Contrato de Fornecimento qualquer efeito.

3.3 A CONTRATADA reconhece e neste ato outorga a sua anuência à rescisão de pleno direito deste Contrato, independente de notificação, caso não houver a resolução das condições suspensivas, inclusive se por deliberação dos terceiros, necessários à liberação dos recursos a serem empregados no pagamento dos equipamentos.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA CONTRATADA

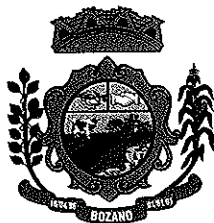
Compete a CONTRATADA:

4.1 Assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto contratual, responsabilizando-se por eventuais encargos trabalhistas, tributários, civis e criminais, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em razão do transporte dos equipamentos.

4.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução e vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.3 A CONTRATADA obriga-se a aceitar nos mesmos preços e condições apresentadas na proposta, os acréscimos ou supressões nos itens que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, §1º da Lei 8.666.

4.4 Garantir os equipamentos contra defeitos de fabricação pelo período assinalado pelo fabricante.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Bozano

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO:

5.1 O preço total corresponde a R\$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais) sendo os valores referentes ao somatório dos equipamentos identificados nos itens a seguir:

ITEM	QTDE	EQUIPAMENTO	VALOR TOTAL (R\$)
01	01	PLAINA AGRÍCOLA (FRONTAL)	R\$ 20.450,00
04	01	ANCINHO (ESPALHADOR/ENLEIRADOR)	R\$ 17.350,00

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	04	SMOVATMA
Projeto/atividade	1.097	Aquisição de Equipamentos Agrícolas Contrato de Repasse nº 1000.435-87/2012
Elemento	da 4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente
Despesa		

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO:

7.1 O pagamento dos equipamentos adquiridos será efetuado em até 30 dias, contados da sua entrega junto ao Município de Bozano e apresentação das notas fiscais eletrônicas, **desde que ocorra a liberação dos recursos orçamentários pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.**

7.2 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos, a título de remuneração do capital e compensação da mora, através da incidência dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos moldes do artigo 1º-F, da Lei Federal nº 9.494/97, com redação dada pela Lei Federal nº 11.960, de 29 de junho de 2009.

7.3 Serão processadas as retenções previdenciárias e fiscais nos termos da legislação vigente que regular a matéria.

CLÁUSULA OITAVA - DURAÇÃO DO CONTRATO:

8.1 Este Contrato vigorará pelo prazo determinado de 8 (oito) meses, tendo início na data de sua assinatura e ficará de pleno rescindido, sem obrigações para ambas as partes, se transcorrido o prazo sem a resolutividade das condições suspensivas a que alude a Cláusula Terceira.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Bozano

8.2 A vigência deste instrumento não substitui os prazos de entrega e não influencia na garantia dos equipamentos agrícolas.

CLÁUSULA NONA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REAJUSTE:

9.1 Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento fundamentado da contratada, desde que suficientemente provado de forma documental.

9.2 O presente contrato não sofrerá reajuste no preço, sendo assegurado, no entanto, a contraprestação pelo eventual aumento dos quantitativos, quando solicitado pela municipalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES:

10.1 Pelo inadimplemento das obrigações constantes neste instrumento, ficarão as licitantes, conforme a infração, sujeitas às seguintes penalidades:

10.1.1 Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

10.1.2 Atraso injustificado na entrega dos equipamentos: multa de 5% sobre a parcela em atraso, mais o acréscimo de 0,5% por dia útil de atraso, limitados estes a 10 (dez) dias úteis, prazo após o qual será considerado inexecução contratual.

10.1.3 Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 10% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

10.1.4 Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 15% sobre o valor atualizado do contrato;

10.1.5 Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 15% sobre o valor atualizado do contrato.

10.1.6 Verificando-se outras irregularidades na execução do contrato, não tipificadas nos itens anteriores, poderá a Administração aplicar as demais penalidades previstas pelo art. 87 da Lei nº 8.666/93, definindo-se quanto a multa o percentual máximo de 15%, a ser dosada pela municipalidade em razão das inconformidades constatadas.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Bozano

10.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

10.3 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta a contratada, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, não haverá o pagamento da última parcela.

10.4 Nenhuma penalidade será aplicada sem a competente instrução prévia de Processo Administrativo Especial – PAE, em que seja ao licitante/contratado assegurado o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- RESCISÃO

11.1 O presente Contrato poderá ser rescindido, além dos motivos e na forma previstos nos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94, decorrendo as consequências definidas no artigo 80 do mesmo diploma legal, sem prejuízo de quaisquer outras sanções previstas.

11.2 Em havendo a inexecução total ou parcial do Contrato por parte do CONTRATADO, poderá o Contratante proceder à sua rescisão unilateral, sem prejuízo das penalidades previstas na cláusula anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VINCULAÇÃO

12.1 O presente contrato encontra-se vinculado ao Edital de Pregão Presencial nº 07/2013, parte anexa e integrante deste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS:

13.1 Situações não previstas expressamente neste instrumento contratual regular-se-ão pelo disposto no Edital de Pregão Presencial nº 08/2013, Leis Federais nºs 10.520/2006 e 8.666/1993, esta atualizada pela Lei nº 8.883/94, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e Decreto-Executivo Municipal nº 313/2010, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ANEXOS

14.1 Constituem anexos e fazem parte integrante deste Contrato, a proposta vencedora da empresa licitante contendo as especificações dos equipamentos, bem



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Bozano

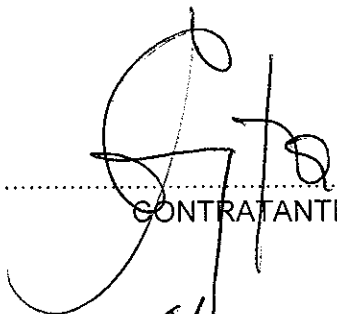
como o Edital de Pregão Presencial nº 07/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO

15.1 É eleito o Foro da Comarca de Ijuí/RS, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

Certos e ajustados, firmam o presente contrato em 03(três) vias de igual teor e forma, que vai assinada e ratificada na presença de 02 (duas) testemunhas, responsabilizando-se as partes por todos os termos, para que deles decorram os esperados efeitos jurídicos.

Bozano/RS, 18 de julho de 2013.


.....
CONTRATANTE


.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:


André M. Librande.

2)

Nome:


ROGER DIEGO MARTINS

Registre-se e Publique-se.